

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	63
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>30.357.847.596</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.645.592	1.593.231
1.01	Ativo Circulante	45.662	30.979
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.406	1.680
1.01.02	Aplicações Financeiras	819	600
1.01.03	Contas a Receber	25.533	16.715
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.405	9.433
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.405	9.433
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.172	1.645
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.327	906
1.02	Ativo Não Circulante	1.599.930	1.562.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	415.823	397.224
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	250.950	234.281
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	250.950	234.281
1.02.01.06	Tributos Diferidos	127.139	119.235
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	127.139	119.235
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	128	263
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.606	43.445
1.02.03	Imobilizado	10.102	11.059
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.102	11.059
1.02.04	Intangível	1.174.005	1.153.969
1.02.04.01	Intangíveis	1.174.005	1.153.969

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.645.592	1.593.231
2.01	Passivo Circulante	100.641	48.105
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.396	3.296
2.01.01.01	Obrigações Sociais	797	712
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.599	2.584
2.01.02	Fornecedores	21.877	24.879
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.877	24.879
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.409	2.921
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.250	1.724
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.159	1.197
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.520	14.076
2.01.04.02	Debêntures	50.520	14.076
2.01.05	Outras Obrigações	751	1.146
2.01.05.02	Outros	751	1.146
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	327	719
2.01.05.02.05	Outros passivos	424	427
2.01.06	Provisões	20.688	1.787
2.01.06.02	Outras Provisões	20.688	1.787
2.02	Passivo Não Circulante	1.502.382	1.482.919
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.310.449	1.298.401
2.02.01.02	Debêntures	1.310.449	1.298.401
2.02.02	Outras Obrigações	101.816	91.233
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	99.973	89.220
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	99.973	89.220
2.02.02.02	Outros	1.843	2.013
2.02.02.02.03	Outros passivos	1.843	2.013
2.02.04	Provisões	90.117	93.285
2.02.04.02	Outras Provisões	90.117	93.285
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	5.629	5.178
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	81.478	85.097
2.03	Patrimônio Líquido	42.569	62.207
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-261.009	-241.371

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	81.882	203.185	64.378	174.326
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-46.034	-119.116	-41.398	-86.056
3.03	Resultado Bruto	35.848	84.069	22.980	88.270
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.469	-10.674	-601	3.603
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.550	-12.882	-2.586	-7.393
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.081	2.208	1.985	10.996
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.379	73.395	22.379	91.873
3.06	Resultado Financeiro	-31.402	-100.937	-39.078	-140.700
3.06.01	Receitas Financeiras	5.544	21.741	10.062	30.823
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.946	-122.678	-49.140	-171.523
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.977	-27.542	-16.699	-48.827
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-743	7.904	8.885	19.750
3.08.01	Corrente	-743	7.904	8.885	19.750
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.234	-19.638	-7.814	-29.077
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.234	-19.638	-7.814	-29.077
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00004	-0,00065	-0,00025	-0,00095

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.234	-19.638	-7.814	-29.077
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.234	-19.638	-7.814	-29.077

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.943	76.136
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	106.686	116.071
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-19.638	-29.077
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferido	-7.904	-19.750
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	24.312	10.653
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.220	251
6.01.01.05	Variação monetária (passiva) sobre provisão para investimentos	98	0
6.01.01.06	Variação monetária (ativa) sobre provisão para investimentos	-11	0
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	102.734	158.828
6.01.01.08	Rendimento de aplicações financeiras	-19.304	-22.201
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	0	108
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	10.753	10.756
6.01.01.12	Provisão para demandas judiciais	451	1.085
6.01.01.13	Provisão para manutenção em rodovias	13.975	5.418
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.743	-39.935
6.01.02.01	Contas a Receber	-8.818	-138
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-392	-408
6.01.02.03	Outros Ativos	-679	-11.147
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-3.002	-15.097
6.01.02.05	Credores pela Concessão - Ônus Variável	-392	10
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-512	-178
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.100	-31
6.01.02.08	Provisão para Demnadas Judiciais - Pagamentos	-1.747	-6.266
6.01.02.09	Outros Passivos	-173	-195
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	6.872	-6.485
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.975	-35.632
6.02.01	Investimento no Ativo Imobilizado	-221	-1.196
6.02.02	Investimento no Ativo Intangível	-43.170	-37.400
6.02.04	Aplicações Financeiras	-64.691	-4.453
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	67.107	7.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.242	-51.482
6.03.02	Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	-85	0
6.03.03	Amortização de juros e encargos debentures	-54.157	-51.482
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.726	-10.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.680	39.512
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.406	28.534

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.638	0	-19.638
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-19.638	0	-19.638
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-261.009	0	42.569

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.077	0	-29.077
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-29.077	0	-29.077
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-29.077	0	-29.077
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-239.544	0	64.034

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	226.845	200.231
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	176.591	151.662
7.01.02	Outras Receitas	50.254	48.569
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	30.594	32.035
7.01.02.02	Receitas Acessórias	17.452	5.502
7.01.02.03	Outras Receitas	2.208	11.032
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.543	-68.174
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.113	-33.619
7.02.04	Outros	-33.430	-34.555
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-30.489	-32.035
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-2.941	-2.520
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.302	132.057
7.04	Retenções	-24.312	-10.653
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.312	-10.653
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	110.990	121.404
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.741	30.823
7.06.02	Receitas Financeiras	21.741	30.823
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	132.731	152.227
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	132.731	152.227
7.08.01	Pessoal	18.701	13.814
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.984	10.881
7.08.01.02	Benefícios	3.904	2.933
7.08.01.03	F.G.T.S.	813	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.921	-4.580
7.08.02.01	Federais	497	-12.339
7.08.02.03	Municipais	9.424	7.759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	123.747	172.070
7.08.03.01	Juros	122.405	172.070
7.08.03.02	Aluguéis	1.342	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.638	-29.077
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-19.638	-29.077

## Comentário do Desempenho



# 3T17

## Divulgação de Resultados

[www.rodoviasdotiete.com.br](http://www.rodoviasdotiete.com.br)



## Relatório da Administração - 30 de Setembro 2017

**14 de Novembro de 2017** - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 3º trimestre de 2017.

### Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de Setembro de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 12
Resultado Financeiro	Página 13
Debêntures	Página 14
Principais Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

**Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho**

*Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores / CFO*

**Tel.: (11) 4602-7900**

**Fax: (11) 4602-8069**

**Email: [ri@rodoviasdotiete.com.br](mailto:ri@rodoviasdotiete.com.br)**

**[www.rodoviasdotiete.com.br/ri](http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri)**

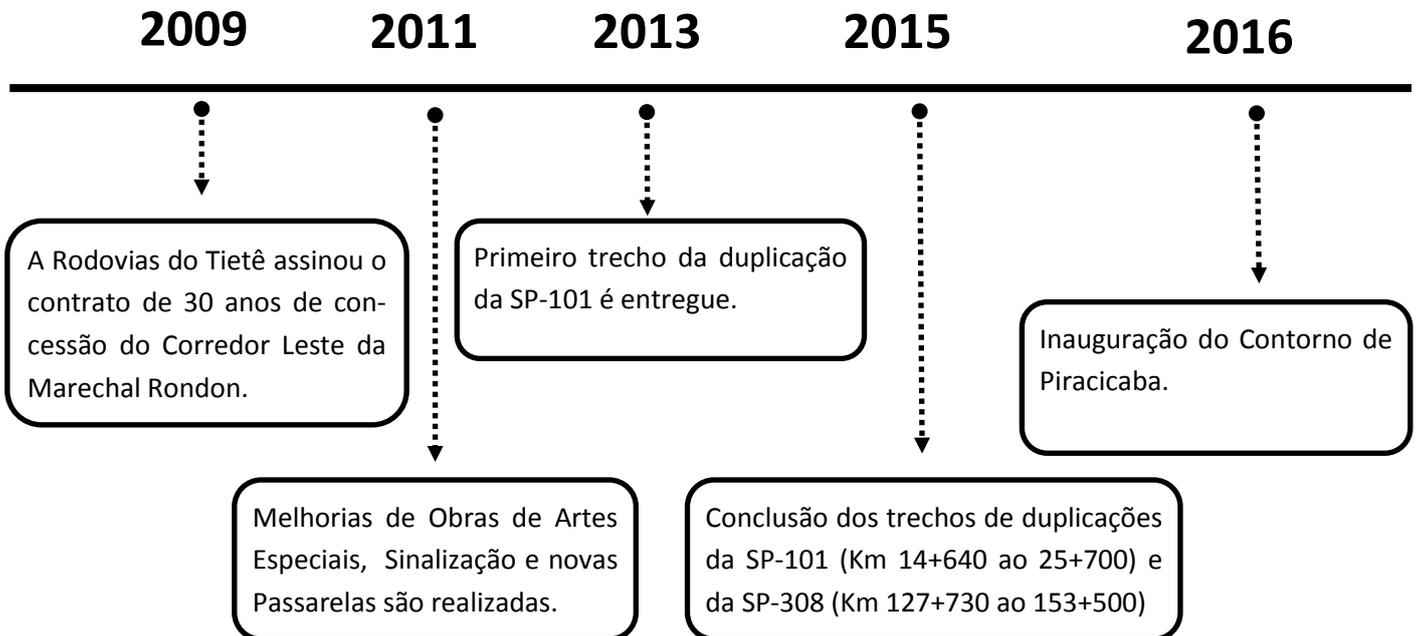


## Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





## Destaques:

### Receita

- ✓ R\$ 173 milhões de receita líquida.

### Tráfego

- ✓ Aumento de 3,66% no tráfego pedagiado e aumento de 5,86% no tráfego em eixos equivalentes, principalmente pela liberação do acesso na SP-300 por conta da interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico ocorrido em 2016.

### Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300; e
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308.



## Sumário Executivo

A economia brasileira no ano de 2017 apresenta sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 8,25% a.a em setembro de 2017, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 2,54% no acumulado nos nove meses de 2017. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 29 de setembro de 2017, a previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 fique 0,70% superior ao ano de 2016. O crescimento do PIB, segundo os economistas, é efeito do setor da agropecuária, que vem crescendo pela supersafra de grãos registrada no período.

Durante os nove meses de 2017 houve um crescimento de aproximadamente 3,66% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento deve-se, principalmente pela liberação total do trecho na Serra de Botucatu que ficou bloqueado de Janeiro de 2016 à Março de 2016 para veículos leves e de Janeiro de 2016 à Setembro de 2016 para veículos pesados, devido a um acidente geológico.

As principais obras realizadas nos nove meses de 2017 foram as melhorias nos dispositivos da SP-300 e a recuperação do pavimento da SP-308.



## Tráfego

Nos nove meses de 2017 o volume de tráfego teve um acréscimo de 3,66% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,93%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 3,32% e 9,60% respectivamente.

### >> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	14.837.673	14.415.375	2,93%
Comercial Leve	2.526.090	2.444.988	3,32%
Comercial Pesado	2.098.670	1.914.848	9,60%
<b>Total</b>	<b>19.462.433</b>	<b>18.775.211</b>	<b>3,66%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2017 o volume de tráfego de eixos equivalentes cresceu 5,86% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,90%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 3,27% e 10,98% respectivamente.

### >> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	14.611.105	14.198.804	2,90%
Comercial Leve	6.304.833	6.105.191	3,27%
Comercial Pesado	12.677.359	11.428.774	10,92%
<b>Total</b>	<b>33.593.297</b>	<b>31.732.769</b>	<b>5,86%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

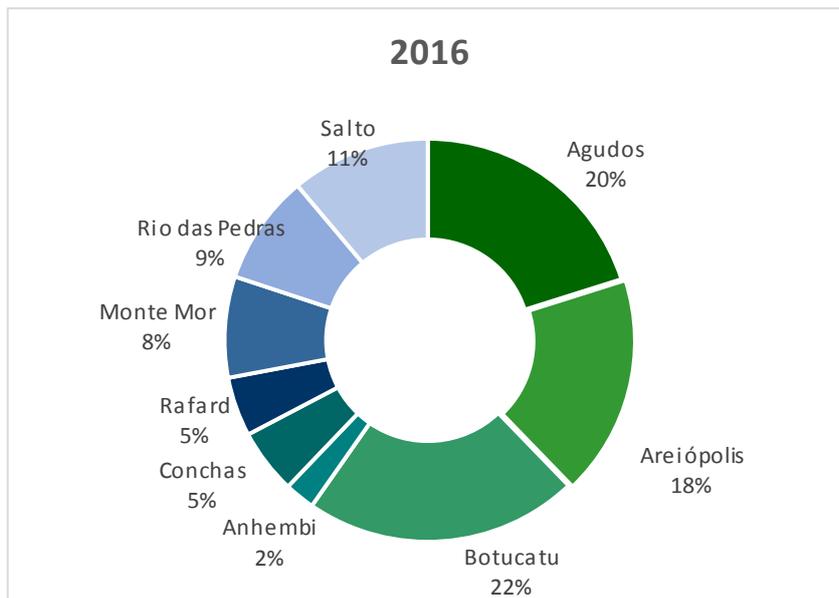
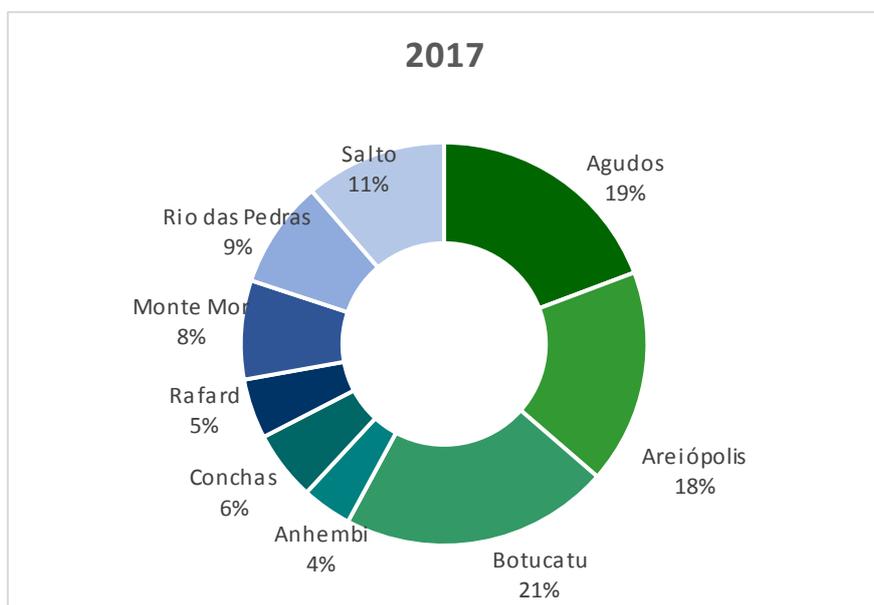
Este crescimento é resultado de dois fatores principais, a retomada do crescimento econômico do país e a liberação do trecho da Serra de Botucatu em março de 2016 para veículos leves e em setembro de 2016 para veículos pesados.



## Tráfego

### >> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 60% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 40% da receita.





## Tráfego

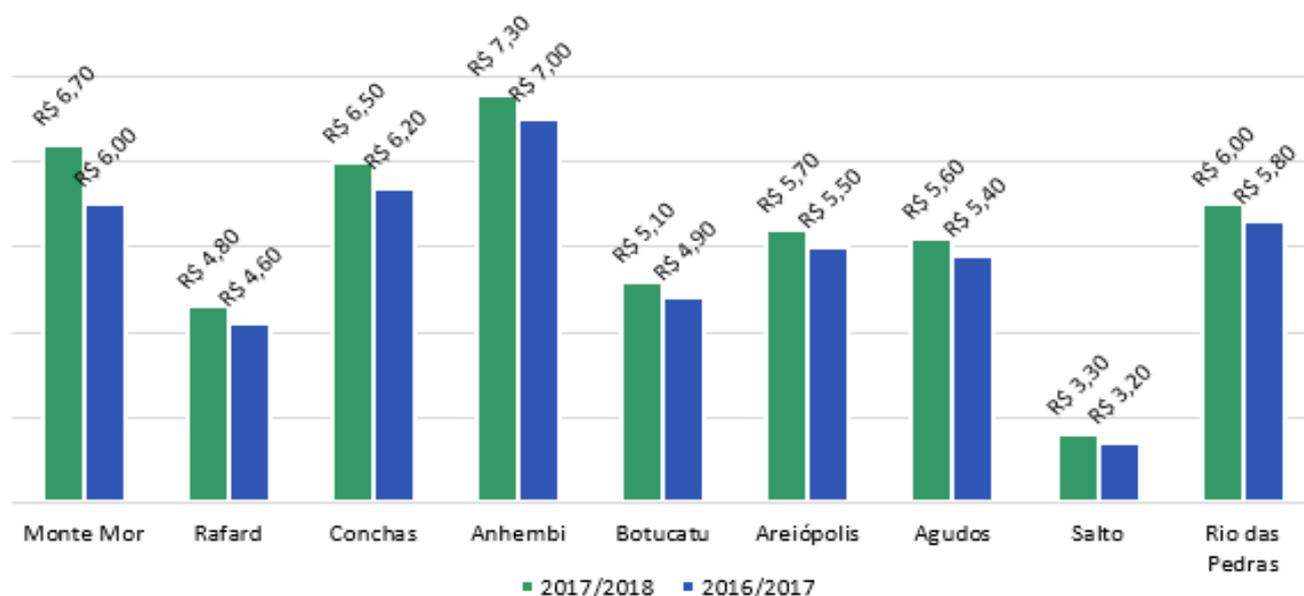
### >> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2017 houve reajuste das tarifas de pedágio em 3,6% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Monte Mor em razão da duplicação do trecho rodoviário entre o km 14+640 e o km 25+700 da rodovia SP 101.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2017/2018 é de R\$ 5,67 contra R\$ 5,40 em 2016/2017.

Praça de pedágio	2017/2018	2016/2017
Monte Mor	R\$ 6,70	R\$ 6,00
Rafard	R\$ 4,80	R\$ 4,60
Conchas	R\$ 6,50	R\$ 6,20
Anhembi	R\$ 7,30	R\$ 7,00
Botucatu	R\$ 5,10	R\$ 4,90
Areiópolis	R\$ 5,70	R\$ 5,50
Agudos	R\$ 5,60	R\$ 5,40
Salto	R\$ 3,30	R\$ 3,20
Rio das Pedras	R\$ 6,00	R\$ 5,80
<b>Tarifa Média</b>	<b>R\$ 5,67</b>	<b>R\$ 5,40</b>

### Tarifas de Pedágio





## Receitas

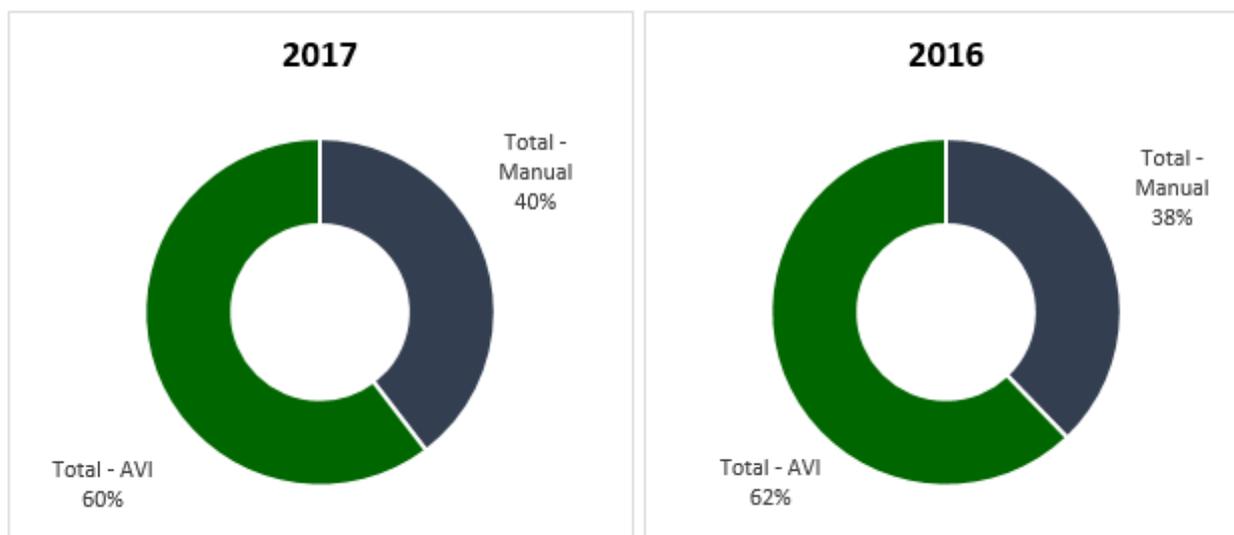
Receitas (em R\$ mil)	2017*	2016*	Varição
Receitas de Pedágio	172.877	151.662	13,99%
Receitas Acessórias	17.452	5.502	217,19%
Impostos sobre Receitas	(17.738)	(14.873)	19,26%
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>172.591</b>	<b>142.291</b>	<b>21,29%</b>
Receitas de Construção	30.594	32.035	-4,50%
<b>TOTAL</b>	<b>203.185</b>	<b>174.326</b>	<b>16,55%</b>

\*Saldo acumulado do período de Janeiro à Setembro.

A Concessionária obteve, nos nove meses de 2017, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 172.877 mil (R\$ 151.662 mil no mesmo período de 2016) e arrecadou R\$ 17.452 mil (R\$ 5.502 mil em 2016 no mesmo período) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS, PIS e COFINS totalizando R\$ 17.738 mil no período (R\$ 14.873 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 30.594 mil de receita de construção contra R\$ 32.035 mil em 2016 com contrapartida nos custos de construção.

### >> Formas de Pagamento





## Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com serviços de terceiros, manutenção e conservação da infraestrutura concedida, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2017*	2016*	Variação
Com pessoal	(17.021)	(12.922)	31,72%
Serviços de terceiros	(5.596)	(4.650)	20,34%
Manutenção e conservação	(30.204)	(18.088)	66,98%
Ônus variável da concessão	(2.941)	(2.520)	16,71%
Provisão para demandas judiciais	(451)	(1.085)	-58,43%
Seguros e garantias	(1.864)	(1.932)	-3,52%
Honorários da administração	(1.679)	(892)	88,23%
Outros	(3.466)	(2.449)	41,49%
<b>Subtotal</b>	<b>(63.221)</b>	<b>(44.538)</b>	<b>41,95%</b>
Depreciação e amortização	(24.312)	(10.653)	128,22%
Custo dos serviços de construção	(30.489)	(32.035)	-4,83%
Serviços de manutenção em rodovias	(13.975)	(6.223)	124,57%
<b>Total</b>	<b>(131.997)</b>	<b>(93.449)</b>	<b>41,25%</b>

\*Saldo acumulado do período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2017, houve aumento de 41,25% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 93.449 mil em 2016 para R\$ 131.997 mil em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ **Com pessoal:** Não foi aprovado o programa de Participação nos Resultados nos exercícios de 2015 e 2016, com concomitante reversão da provisão. Em 2017, esta decisão foi revista e, excepcionalmente a contabilização ocorreu por caixa, concomitante ao pagamento da premiação dos exercícios de 2015 e 2016;
- ⇒ **Serviços de terceiros:** Honorários advocatícios relacionados aos depósitos de discussões trabalhistas (ver nota explicativa 12.a);
- ⇒ **Manutenção e conservação:** Reversões de cauções (R\$ 8 milhões) em 2016. Além de maiores despesas com conservação de pavimento devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento que será iniciado em 2018;
- ⇒ **Ônus variável da concessão:** Aumento em função do reajuste das tarifas de pedágio em 01/07/2017 e também aumento nas receitas acessórias;



## Custos e Despesas Operacionais

---

- ⇒ Provisão para demandas judiciais: Redução em função da alteração de status dos processos cíveis e trabalhistas;
- ⇒ Honorários da administração: Idem ao comentário da variação em despesas com pessoal;
- ⇒ Serviços de manutenção de rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



## EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Resultado Líquido do Período	(19.638)	(29.077)	-32,46%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(7.904)	(19.750)	-59,98%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	100.937	140.700	-28,26%
(+/-) Depreciação e Amortização	24.312	10.653	128,22%
<b>EBITDA</b>	<b>97.707</b>	<b>102.526</b>	<b>-4,70%</b>
(+/-) Serviços de manutenção em rodovias	13.975	6.223	124,57%
<b>EBITDA AJUSTADO (a)</b>	<b>111.682</b>	<b>108.749</b>	<b>2,70%</b>
<b>Receitas Operacionais (b)</b>	<b>172.591</b>	<b>142.291</b>	<b>21,29%</b>
<b>MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)</b>	<b>64,71%</b>	<b>76,43%</b>	<b>-11,72 p.p</b>

\*Saldo acumulado do período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2017, houve um aumento de 2,70% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 108.749 mil em 2016 para R\$ 111.682 mil no mesmo período em 2017. Já a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 11,72 p.p.

Além disso, houve um aumento de 128,22% na depreciação e amortização que passou de R\$ 10.653 mil nos nove meses de 2016 para R\$ 24.312 mil no mesmo período em 2017, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 124,57% nos serviços de manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018.



## Resultado Financeiro

O resultado financeiro nos nove meses de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Debêntures e Notas Promissórias	(107.661)	(158.828)	-32,22%
Mútuo	(10.753)	(10.756)	-0,03%
Outras Despesas Financeiras	(4.264)	(1.939)	119,91%
<b>TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(122.678)</b>	<b>(171.523)</b>	<b>-28,48%</b>
Receitas Financeiras	21.741	30.823	-29,47%
<b>TOTAL RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(100.937)</b>	<b>(140.700)</b>	<b>-28,26%</b>

\*Saldo acumulado do período de Janeiro à Setembro.

Nos nove meses de 2017 houve redução de 28,26% no resultado financeiro que passou de (R\$ 140.700) em 2016 para (R\$ 100.937) mil no mesmo período em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: Menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Receitas Financeiras: Menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



## Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados seis pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil e em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil.



## Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda na mesma AGD, foram aprovados os seguintes condicionantes, a vigorar para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 :

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada nova assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017, na qual foi cumprida pela Companhia.



## Debêntures - (continuação)

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

Até a presente data, a proposta apresentada não havia sido aprovada pelos debenturistas, sendo convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada até o dia 28 de novembro de 2017. Na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso é convicção da Administração que a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia em garantia dada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.



## Obras e Investimentos

### **Melhorias de Dispositivos - SP-300**



Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 8,3 milhões e o custo já incorrido até setembro de 2017 foi de R\$ 7,2 milhões.

### **Recuperação de Pavimento - SP-308**



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido foi de R\$ 8,8 milhões.



## Responsabilidade Socioambiental

### Café na Passarela



O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários foram conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares.

### Projeto Abrace o Trânsito #Escola



O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, simulação de resgate e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.

### Palestras



A Concessionária mantém diversas ações a fim de orientar e incentivar a redução de acidentes em sua malha viária, a exemplo disso, são palestras ministradas para as empresas lindeiras no trecho sob concessão. Essa ação faz parte do Programa de Redução de Acidentes (PRA) da ARTESP implantado pelas concessionárias desde o início do Programa de Concessões, com o objetivo de garantir altos padrões de segurança, confiabilidade e conforto nas rodovias paulistas concedidas.



## Balanco Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.406	1.680
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	819	600
Contas a receber (Nota 6)	25.533	16.715
Despesas Antecipadas	2.172	1.645
Impostos a recuperar (Nota 7)	10.405	9.433
Outros ativos	1.327	906
	<b>45.662</b>	<b>30.979</b>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	250.950	234.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	8.231	16.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	127.139	119.235
Despesas antecipadas	128	263
Depósitos judiciais (Nota 12)	24.917	23.170
Outros ativos	4.458	4.200
Imobilizado (Nota 09)	10.102	11.059
Intangível (Nota 10)	1.174.005	1.153.969
	<b>1.599.930</b>	<b>1.562.252</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.645.592</b>	<b>1.593.231</b>



## Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços	21.877	24.879
Debêntures (Nota 13)	50.520	14.076
Credor pela concessão	327	719
Obrigações tributárias	2.409	2.921
Obrigações trabalhistas	4.396	3.296
Provisões (Nota 12)	20.688	1.787
Outros passivos	424	427
	<b>100.641</b>	<b>48.105</b>
<b>Não circulante</b>		
Provisões (Nota 12)	90.117	93.285
Debêntures (Nota 13)	1.310.449	1.298.401
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	99.973	89.220
Outros passivos	1.843	2.013
	<b>1.502.382</b>	<b>1.482.919</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.603.023</b>	<b>1.531.024</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(261.009)	(241.371)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>42.569</b>	<b>62.207</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.645.592</b>	<b>1.593.231</b>



## Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receita operacional líquida (Nota 15)	81.882	203.185	64.378	174.326
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(46.034)	(119.116)	(41.398)	(86.056)
Lucro bruto	<b>35.848</b>	<b>84.069</b>	<b>22.980</b>	<b>88.270</b>
Despesas e receitas operacionais:				
Gerais e administrativas (Nota 16)	(4.550)	(12.882)	(2.586)	7.393
Outras receitas operacionais, líquidas	2.081	2.208	1.985	10.996
	<b>2.469</b>	<b>(10.674)</b>	<b>(601)</b>	<b>3.603</b>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	<b>33.379</b>	<b>73.395</b>	<b>22.379</b>	<b>91.873</b>
Despesas financeiras (Nota 17)	(36.946)	(122.678)	(49.140)	(171.523)
Receitas financeiras (Nota 17)	5.544	21.741	10.062	30.823
	<b>(31.402)</b>	<b>(100.937)</b>	<b>(39.078)</b>	<b>(140.700)</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>1.977</b>	<b>(27.542)</b>	<b>(16.699)</b>	<b>(48.827)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	(743)	7.904	8.885	19.750
Prejuízo do período	<b>1.234</b>	<b>(19.638)</b>	<b>(7.814)</b>	<b>(29.077)</b>
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,00004)	(0,00065)	(0,00026)	(0,00096)



## Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/09/2017	30/09/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(19.638)	(29.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(7.904)	(19.750)
Depreciação e amortização (Nota 16)	24.312	10.653
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.220	251
Variação monetária (passiva) sobre provisão para investimentos	98	
Variação monetária (ativa) sobre provisão para investimentos	(11)	
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	102.734	158.828
Rendimento de aplicações financeiras	(19.304)	(22.201)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		108
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	10.753	10.756
Provisão para demandas judiciais	451	1.085
Provisão para manutenção em rodovias	13.975	5.418
	<b>106.686</b>	<b>116.071</b>
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(8.818)	(138)
Despesas antecipadas	(392)	(408)
Tributos a recuperar	6.872	(6.485)
Depósitos judiciais	(1.747)	(6.266)
Outros ativos	(679)	(11.147)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(3.002)	(15.097)
Credor pela concessão - ônus variável	(392)	10
Obrigações tributárias	(512)	(178)
Obrigações trabalhistas	1.100	(31)
Outros passivos	(173)	(195)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>98.943</b>	<b>76.136</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(64.691)	(4.453)
Resgate de aplicações financeiras	67.107	7.417
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(221)	(1.196)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(43.170)	(37.400)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<b>(40.975)</b>	<b>(35.632)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(85)	
Amortização de juros e encargos debentures	(54.157)	(51.482)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<b>(54.242)</b>	<b>(51.482)</b>
Decréscimo (acréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	<b>3.726</b>	<b>(10.978)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>1.680</b>	<b>39.512</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<b>5.406</b>	<b>28.534</b>



## Relacionamento com o Auditor

---

No período findo em 30/09/2017, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao terceiro trimestre de 2017.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2017, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.145 milhões (R\$ 3.130 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.196 milhões (R\$ 3.180 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$19.638) (2016 – (R\$29.077)), um capital circulante líquido negativo de (R\$54.979) (2016 – (R\$ 17.726)) e patrimônio líquido em R\$ 42.569 - (2016 - R\$62.207) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

Até a presente data, a proposta apresentada não havia sido aprovada pelos debenturistas, sendo convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada até o dia 28 de novembro de 2017. Na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso é convicção da Administração que a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia em garantia dada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de novembro de 2017.

#### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

##### 2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras intermediárias, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2017.

##### Normas, alterações e interpretações de normas

No período findo em 30 de setembro de 2017 não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias do referido período.

#### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Disponibilidades	5.028	260
Aplicação compromissada de debêntures de terceiros (i)	378	
Certificados de Depósito Bancários - CDB(ii)		<u>1.420</u>
	<u>5.406</u>	<u>1.680</u>

- (i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

#### 5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e, as que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento, são classificadas nessa categoria.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	819	600
Não circulante	<u>250.950</u>	<u>234.281</u>
	<u>251.769</u>	<u>234.881</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 13). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.582	9.947
Cartões de pedágio a receber	598	686
Receitas acessórias (i)	12.465	5.429
Valores em trânsito	888	653
	<u><b>25.533</b></u>	<u><b>16.715</b></u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de setembro de 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

- (i) Refere-se substancialmente a receitas referente ao direito de passagem e utilização de faixa de domínio, a qual teve um termo firmado entre a Companhia e a Telefônica Brasil S/A. em 15 de agosto de 2017.

#### 7. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	18.636	25.286
ISSQN a recuperar		8
Outros impostos a recuperar		214
	<u>18.636</u>	<u>25.508</u>
Circulante	10.405	9.433
Não circulante	8.231	16.075
	<u>18.636</u>	<u>25.508</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8. Imposto de renda e contribuição social

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

##### a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	118.561	118.224
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	398	333
Outras provisões	1.227	
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	34.099	28.933
Provisão para investimentos em rodovias	4.488	4.507
AVP Outorga	1.704	1.735
	<u>160.477</u>	<u>153.732</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego	<u>(33.338)</u>	<u>(34.497)</u>
Líquido	<u>127.139</u>	<u>119.235</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

#### 8. Imposto de renda e contribuição social-Continuação

##### a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 30 de setembro de 2017, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 348.709 (R\$ 347.718 em 31 de dezembro de 2016). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de setembro de 2017 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/09/2017</u>
2027	1.887
2028	4.603
2029	12.681
2030	23.878
2031	32.455
2032	42.397
2033	<u>9.238</u>
	<u>127.139</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

##### a) Imposto de renda e contribuição social no resultado --Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(27.543)	(48.827)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	9.365	16.601
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(1.460)	3.149
Imposto de renda e contribuição social diferido do período	7.905	19.750
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>40%</u>

#### 9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

##### a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/09/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.301	(500)	802	799
Equipamentos de informática	20	4.444	(3.706)	738	1.027
Equipamentos de telefonia	20	242	(201)	41	8
Terrenos		377		377	377
Edifícios	3,8	6.380	(1.212)	5.168	5.360
Automóveis/caminhões	5	2.350	(1.505)	845	1.171
Outros	10 a 20	3.515	(1.384)	2.131	2.317
		<u>18.609</u>	<u>(8.507)</u>	<u>10.102</u>	<u>11.059</u>

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação

	31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017
<b>Custo</b>				
Móveis e utensílios	1.205	96		1.301
Equipamentos de informática	4.401	43		4.444
Equipamentos de telefonia	206	36		242
Terrenos	377			377
Edifícios	6.380			6.380
Automóveis/caminhões	2.350			2.350
Outros	3.469	46		3.515
	<b>18.388</b>	<b>221</b>		<b>18.609</b>
<b>Depreciação</b>				
Móveis e utensílios	(406)	(93)		(499)
Equipamentos de informática	(3.374)	(332)		(3.706)
Equipamentos de telefonia	(198)	(3)		(201)
Edifícios	(1.020)	(192)		(1.212)
Automóveis/caminhões	(1.179)	(326)		(1.505)
Outros	(1.152)	(232)		(1.385)
	<b>(7.329)</b>	<b>(1.178)</b>		<b>(8.507)</b>
<b>Líquido</b>	<b>11.059</b>	<b>(957)</b>		<b>10.102</b>
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016
<b>Custo</b>				
Móveis e utensílios	871	330		1.201
Equipamentos de informática	4.207	188		4.395
Equipamentos de telefonia	197	8		205
Terrenos	84	293		377
Edifícios	6.380			6.380
Automóveis/caminhões	2.221	314	(185)	2.350
Outros	2.985	63		3.048
	<b>16.945</b>	<b>1.196</b>	<b>(185)</b>	<b>17.956</b>
<b>Depreciação</b>				
Móveis e utensílios	(304)	(72)		(376)
Equipamentos de informática	(2.834)	(405)		(3.239)
Equipamentos de telefonia	(169)	(29)		(198)
Edifícios	(765)	(191)		(956)
Automóveis/caminhões	(658)	(485)	77	(1.066)
Outros	(950)	(108)		(1.058)
	<b>(5.680)</b>	<b>(1.290)</b>	<b>77</b>	<b>(6.893)</b>
<b>Líquido</b>	<b>11.265</b>	<b>(94)</b>	<b>(108)</b>	<b>11.063</b>

**10. Intangível**

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### a) Composição

				<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
		Custo	Amortização	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(76.812)	465.432	473.348
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	167.380	(18.539)	148.841	142.318
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	558.158	(32.571)	525.587	511.298
Serviços de construção - em andamento	(iii)	24.365		24.365	16.437
Outros	(iv)	7.839	(1.179)	6.660	6.955
Direito de uso de software		7.006	(3.886)	3.120	3.613
		<b>1.306.992</b>	<b>(132.987)</b>	<b>1.174.005</b>	<b>1.153.969</b>

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".
- (iii) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. A principal obra concluída em 2016 foi o Contorno de Piracicaba.
- (iv) Referem-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente, a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10. Intangível--Continuação**b) Movimentação

	<b>Taxa anual de amortização</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>30/09/2017</b>
<b>Custo</b>					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		158.429	6.834	2.117	167.380
Serviços de construção - obras concluídas		532.287	22.847	3.024	558.158
Serviços de construção - em andamento		16.437	13.069	(5.141)	24.365
Outros		7.839			7.839
Direito de uso de software		6.585	421		7.006
		<u>1.263.821</u>	<u>43.171</u>		<u>1.306.992</u>
<b>Amortização</b>					
Direito de outorga da concessão	(*)	(68.896)	(7.916)		(76.812)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(16.111)	(2.428)		(18.539)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(20.989)	(11.582)		(32.571)
Outros	(*)	(884)	(295)		(1.179)
Direito de uso de software	20%	(2.972)	(914)		(3.886)
		<u>(109.852)</u>	<u>(23.135)</u>		<u>(132.986)</u>
Líquido		<u>1.153.969</u>	<u>16.956</u>		<u>1.174.005</u>

(\*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 2,25% em 2017 (1,92% em 2016).

	<b>Taxa anual de amortização</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>30/09/2016</b>
<b>Custo</b>					
Direito de outorga da concessão		542.244			542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	4.732		151.902
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	16.416	94.159	510.402
Serviços de construção - em andamento		105.598	15.623	(94.159)	27.062
Outros		7.434			7.434
Direito de uso de software		5.709	629		6.338
		<u>1.207.982</u>	<u>37.400</u>		<u>1.245.382</u>
<b>Amortização</b>					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(3.928)		(67.594)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(1.105)		(15.735)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(3.458)		(19.636)
Outros	(*)	(811)	(53)		(864)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(819)		(2.671)
		<u>(97.137)</u>	<u>(9.363)</u>		<u>(106.500)</u>
Líquido		<u>1.110.845</u>	<u>27.037</u>		<u>1.138.882</u>

**10. Intangível--Continuação**b) Movimentação--Continuação

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

#### c) Custos de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 3.194 (R\$ 326 no período findo em 30 de setembro de 2016).

## 11. Partes relacionadas

#### a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Remuneração fixa (1)	1.325	892
Remuneração variável (2)	354	
	<u>1.679</u>	<u>892</u>

(1) Incluem salários da Administração, FGTS, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participações nos resultados de 2015 e 2016 pagas em 2017 (Nota 18)

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 18.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.650. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

#### b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	90.625	80.876
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	9.348	8.344
			<u>99.973</u>	<u>89.220</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11. Partes relacionadas--Continuação

##### b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

#### 12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para demandas judiciais	5.629	5.178
Provisão para investimentos em rodovias	4.884	4.797
Provisão para manutenção em rodovias	100.292	85.097
	<u>110.805</u>	<u>95.072</u>
Circulante	<u>20.688</u>	<u>1.787</u>
Não circulante	<u>90.117</u>	<u>93.285</u>

##### a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de setembro de 2017 no montante de R\$ 99 (R\$ 267 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de setembro de 2017 no montante de R\$ 5.530 (R\$ 4.911 em 31 de dezembro de 2016) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12. Provisões--Continuação

##### a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui o equivalente a R\$ 40.398 (R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, R\$ 28.297 (R\$ 31.414 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, e R\$ 89.352 (R\$ 67.555 em 31 de dezembro de 2016) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de setembro de 2017, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 24.917 (R\$ 23.170 em 31 de dezembro de 2016) incluem R\$16.464 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.239 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 440 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 428 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 495 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 301 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 2.932 relacionados a discussões tributárias (R\$ 1.922 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 4.586 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2016).

##### b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	<b>31/12/2016</b>	<b>Atualização monetária (passiva)</b>	<b>Atualização monetária (ativa)</b>	<b>30/09/2017</b>
Provisão para investimentos	4.797	98	(11)	4.884
	4.797	98	(11)	4.884
	<b>31/12/2015</b>	<b>Atualização monetária (passiva)</b>	<b>Atualização monetária (ativa)</b>	<b>30/09/2016</b>
Provisão para investimentos	4.510	251		4.761
	4.510	251		4.761

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12. Provisões--Continuação**b) Provisão para investimentos em rodovias --Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/09/2017</u>
2017	1.874
2018	3.010
	<u>4.884</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>30/09/2017</u>
Provisão para manutenção	99.536	13.975		113.511
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.220		(13.219)
	<u>85.097</u>	<u>15.195</u>		<u>100.292</u>
Circulante			18.814	18.814
Não circulante	<u>85.097</u>	<u>15.195</u>	<u>(18.814)</u>	<u>81.478</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para início no primeiro semestre de 2018 foram transferidos para curto prazo.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12. Provisões--Continuação

##### c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos) e sinalização de rodovias (a cada oito anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/09/2017</u>
2018	44.563
2019	19.572
2020	21.004
2021	13.271
2022	1.882
	<u><b>100.292</b></u>

#### 13. Debêntures

##### a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.395.756	1.370.422
Remuneração (juros)	32.339	5.032
Custo com emissão	(67.126)	(62.977)
	<u>1.360.969</u>	<u>1.312.477</u>
Circulante	<u>(50.520)</u>	<u>(14.076)</u>
Não circulante	<u>1.310.449</u>	<u>1.298.401</u>

#### 13. Debêntures--Continuação

##### a) Descrição da operação--Continuação

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2017	1%	9.212
2018	4%	48.991
2019	5%	75.371
2020	6%	89.468
2021	7%	98.401
2022	8%	118.081
2023	11%	147.113
2024	11%	159.674
2025	13%	178.378
2026	14%	189.125
2027	14%	191.358
2028	6%	90.584
	100%	1.395.756

#### b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 30 de junho de 2017 os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 12 de junho de 2017 foram cumpridos pela Companhia.

#### Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 12 de junho de 2017 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

### 13. Debêntures--Continuação

#### b) Cláusulas restritivas e garantias

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item "m", subitens "i" e "ii" da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" para o pagamento da Remuneração em 14 de junho 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017, na qual foi cumprida pela Companhia.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Participação acionária</b>	<b>Quantidade de ações</b>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding. B.V.

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

##### b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

##### Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

##### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio	172.877	151.662
Receita de serviços de construção	30.594	32.035
Receitas acessórias	17.452	5.502
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(17.738)	(14.873)
	<u><b>203.185</b></u>	<u><b>174.326</b></u>

#### 16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Com pessoal	(17.021)	(12.922)
Serviços de terceiros	(5.596)	(4.650)
Depreciação e amortização	(24.312)	(10.653)
Ônus variável da concessão	(2.941)	(2.520)
Manutenção e conservação	(30.204)	(18.088)
Custo dos serviços de construção	(30.489)	(32.035)
Serviços de manutenção em rodovias	(13.975)	(6.223)
Provisão para demandas judiciais	(451)	(1.085)
Seguros e garantias	(1.864)	(1.932)
Honorários da administração	(1.679)	(892)
Outros	(3.466)	(2.449)
	<u>(131.997)</u>	<u>(93.449)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(119.116)	(86.056)
Despesas gerais e administrativas	(12.882)	(7.393)
	<u>(131.998)</u>	<u>(93.449)</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(107.661)	(158.828)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(10.753)	(10.756)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(1.318)	(251)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(36)
Juros sobre demais operações financeiras	(795)	
Outras despesas financeiras	(2.151)	(1.652)
	<u>(122.678)</u>	<u>(171.523)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	19.304	25.006
Atualização de impostos a recuperar	1.588	4.730
Outras receitas financeiras	849	1087
	<u>21.741</u>	<u>30.823</u>
Resultado financeiro	<u>(100.937)</u>	<u>(140.700)</u>

#### 18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Salários e encargos sociais	(13.324)	(10.881)
Benefícios previstos em lei	(1.899)	(1.691)
Benefícios adicionais (i)	(2.005)	(1.242)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(1.472)	
	<u>(18.700)</u>	<u>(13.814)</u>

(i) Referem-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Referem-se à participações nos resultados de 2015 e 2016, pagas em 2017.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(19.638)</u>	<u>(29.077)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00065)</u>	<u>(0,00096)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

#### 20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

##### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

##### *Risco de taxa de juros*

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

##### a) Risco de mercado--Continuação

##### *Risco de taxa de juros*--Continuação

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de setembro de 2017, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 8,14% ao ano, observada no fechamento de 30 de setembro de 2017, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 2,54% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de setembro de 2017, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	8.138	10.172	12.207
Debêntures	Aumento do IPCA	143.446	152.088	160.730

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	5.371	6.714	8.056
Debêntures	Aumento do IPCA	94.674	100.378	106.082

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	20.494	15.370	10.247

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	13.526	10.144	6.763

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

##### b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

##### *Contas a receber*

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

##### *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

##### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 4 a 12 meses</b>	<b>Mais de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Fornecedores e prestadores de serviços	21.877			21.877
Debêntures		50.520	1.310.449	1.360.969
Credor pela concessão	327			327
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)			99.973	99.973
<b>Total</b>	<b>22.204</b>	<b>50.520</b>	<b>1.410.422</b>	<b>1.483.146</b>

##### d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	252.147	236.301
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.028	260
Contas a receber de clientes	25.533	16.715
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.360.969	1.312.477
Contas a pagar a fornecedores	21.877	24.879
Outras contas a pagar	2.267	2.440
Partes relacionadas - mútuo a pagar	99.973	89.220
Obrigações com o poder concedente	327	719

#### 20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

##### e) Gestão do capital social

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	99.973	89.220
Debêntures	1.360.969	1.312.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.406)	(1.680)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(251.769)	(234.881)
Dívida líquida	<u>1.203.767</u>	<u>1.165.136</u>
Patrimônio líquido	<u>42.569</u>	<u>62.207</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.246.337</u>	<u>1.227.343</u>

#### 21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>30 de setembro de 2017</u>		<u>31 de dezembro de 2016</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 13) (i)	<u>1.428.095</u>	<u>900.111</u>	<u>1.375.454</u>	<u>1.308.655</u>

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

#### 21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - Continuação

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

##### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

## 22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

<b>Modalidade</b>	<b>Riscos cobertos</b>	<b>Limites de indenizações</b>
Todos os riscos	Riscos operacionais	105.307
	Responsabilidade civil geral	34.935
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 23. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	3.194	326

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações

#### intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Demonstração

#### do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, obtido das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de novembro de 2016 e 28 de março de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

Sorocaba, 14 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2017.

Salto, 14 de Novembro de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2017.

Salto, 14 de Novembro de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro